



Imaginário de homogeneidade linguística: os sentidos de língua e variação no senso comum

Rejane Beatriz Fiepke Carpenedo

Doutoranda em Letras/ Estudos Linguísticos

Universidade Federal de Santa Maria

E-mail: rejanefiepke@hotmail.com

Bolsista CAPES

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7151-666X>

Revista Falange Miúda

ISSN 2525-5169

Periodicidade:

Chamada temática

Volume 5

Número 2

Recebido em: 11/03/2020

Aprovado em: 02/07/2020

Resumo

Este artigo resulta do tema de nossa dissertação de mestrado, em que nos detemos a pesquisar os sentidos de língua na perspectiva do senso comum. A partir da Teoria da Enunciação, com foco na Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), discorremos acerca do imaginário de língua e variação no senso comum. Nosso corpus se constitui de recortes de comentários de internautas em uma página no Facebook. Observamos que prevalece o imaginário de que há apenas uma variedade linguística aceitável como correta, e esta está associada ao nível de escolaridade e classe social do interlocutor, o que fortalece e dissemina o preconceito linguístico.

Palavras-chave:

Homogeneidade linguística, Variação, Imaginário de Língua, Enunciação, Senso Comum.

1 Introdução

Muitos são os estudos focados em compreender o discurso sobre a língua no âmbito das instituições, de literatos e políticos, gramáticos e eruditos, ou seja, pessoas de influência na sociedade da época do século XIX. Mariani (2004, p.18) em sua obra *Colonização Linguística*, empreendeu um estudo do discurso sobre a língua neste sentido, e a autora constatou que “A construção do imaginário da língua brasileira estava fortemente ligada à construção da identidade nacional: o discurso polêmico sobre a língua era também uma discussão política e ideológica.”. De encontro a isso, o nosso estudo se concentra no discurso do senso comum sobre a língua, representado pelos comentários dos internautas do Facebook, hoje a rede social mais popular do mundo, representando assim, uma grande heterogeneidade de pensamentos e ao mesmo tempo uma amostra do que pensam distintos sujeitos em diferentes condições sócio-históricas que constroem este senso comum, que é de todos, mas ao mesmo tempo parece não ser identificável.

As políticas e normas linguísticas instituídas pelo Estado ajudam a constituir uma ideia do que é língua. Essa ideia perpassa o pensamento social e incide sobre a realidade cotidiana da língua, e assim se consolida o imaginário. Como exemplo, podemos citar a escola, aparelho ideológico do Estado, em que se originam as nossas concepções sobre língua e correção, pois sem ela os sujeitos fariam o livre uso da língua sem pensar que podem estar falando “certo” ou “errado”.

No primeiro capítulo, discorreremos acerca da norma, pois sabe-se que há ainda muita divergência sobre este tema, e confunde-se constantemente os registros de língua, que consistem em uma gama de variedades que vão da mais popular à padrão, e por isso mais aproximada também da escrita, já que o registro na fala é menos controlado. A partir de pesquisadores como Faraco (2011), abordamos os conceitos em sua amplitude, no intuito de pensar como a norma reflete sobre a língua e o seu funcionamento. Refletimos também acerca da variação e do preconceito linguístico.

Posteriormente, no segundo capítulo apresentamos os dizeres sobre a língua a partir do discurso do senso comum, por meio dos enunciados dos internautas na página oficial do Palácio do Planalto, no Facebook. Apresentamos a discussão teórico-metodológica que adotamos para o desenvolvimento desta pesquisa, e realizamos uma descrição detalhada do corpus, seguida dos movimentos analíticos.

Por fim, apresentamos as considerações finais, em que a partir das reflexões teóricas suscitadas e da análise do discurso sobre a língua, é possível tecer algumas perspectivas sobre os sentidos de língua no senso comum. Assim, esta pesquisa se constitui como uma contribuição para os estudos dos discursos sobre a língua, mas do lado apostado do que vem sendo analisado tradicionalmente. Uma

vez que muito se detém nos discursos de gramáticos, escritores, instituições, políticos e da mídia, mas pouco se atenta para os dizeres sobre a língua que circulam no senso comum.

2 Movimentos políticos da Variação Linguística

A temática da variação linguística tem sido largamente discutida no âmbito da pesquisa acadêmica, em decorrência da frequente divergência sobre o tema e a sua aplicabilidade teórica e conceitual. Para esta pesquisa, consideramos importante esta discussão uma vez que o imaginário de língua discursivizado pelo senso comum se funda em torno destes sentidos, de língua padrão e correta, e como sabemos, a escola enquanto aparelho ideológico do estado é um dos elementos que favorece a solidificação desse pensamento. Conforme Faraco (2011, p. 261), os linguistas afirmam que do ponto de vista linguístico (gramática/sistema), as normas se equivalem, mas do ponto de vista social isso não acontece. Assim, concordamos que há “escalas sociais de prestígio e de aceitação das diferentes normas”, uma vez que a variação é vista como uma deturpação da ‘boa língua’.

Deste modo, a partir de uma perspectiva do senso comum, se entende que o ensino da norma culta é um bem de valor sociocultural inquestionável. Com isso, de acordo com Faraco (2011) se cria uma assimilação entre língua escrita e norma culta, ou ainda, entre cultura letrada e norma culta.

O conceito de norma foi criado basicamente para dar conta da variação linguística, ou seja, para acomodar no modelo saussuriano de língua e fala uma terceira camada teórica capaz de captar a diversidade intralinguística, sem abandonar a ideia da existência de um grande sistema que autoriza os diferentes usos coletivos, ou seja, os usos normais das diversas comunidades que, não obstante as diferenças, se identificam como falantes de uma mesma língua”. (FARACO, 2011, p. 259).

Como percebemos, o estabelecimento da norma jamais foi para estratificar os sujeitos socialmente, mas permitir a identificação das variedades existentes no âmbito social e assim, categorizá-las de acordo com as suas características. No entanto, a ideia de norma acabou por criar a falsa ideia de que só há uma forma correta de falar, sendo ela guiada pela gramática e denominada forma padrão, enquanto as demais formas passam a ser estigmatizadas e, diz-se que corrompem o bom português.

Ao discorrer acerca de norma é imprescindível considerar a perspectiva de norma na língua adotada por Coseriu (1989). O autor afirma que a norma consiste no primeiro grau de abstração, e se constitui como uma realização coletiva, tradição e repetição de modelos anteriores. Neste sentido, a norma é comum e

constante, pois inclui os elementos normais da fala da comunidade; e assim elimina o que individual e inédito, uma vez que seu foco é a realização tradicional.

Nos estudos relacionados à norma de língua e variedades linguísticas, acredita-se que há um fator que implica diretamente no valor da variedade de língua falada adotada pelos sujeitos, pois conforme Gnerre (1985, p.4) “[...] uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. Neste sentido, Wolfram e Fasold (1974, p.18), ao referir-se à variedade padrão, a descreve como um “conjunto codificado de normas linguísticas que são consideradas socialmente aceitáveis para a classe social de maior prestígio de uma comunidade”. Já para Camacho (1984)

[...] uma variedade-padrão desempenha uma função objetiva, a de servir como quadro de referência para toda forma de expressão. Isso significa que a variedade-padrão fornece uma norma codificada que consiste, em última análise, em uma medida de correção e, em consequência, os falantes em geral são julgados em termos de sua conformidade ou desvio em relação a essa norma. (CAMACHO, 1984, p.44).

Desta forma, segundo o autor, a variedade-padrão é imposta como referência exclusiva para todas as circunstâncias de interação, e as experiências culturais vivenciadas são negligenciadas, principalmente aquelas dos jovens provindos das camadas mais marginalizadas da sociedade. Com isso, na perspectiva da linguística, é criado um conflito entre a língua ensinada na escola (como referência exclusiva – a variedade normativa), e a variedade social que o aluno domina, como língua materna, de acordo com a sua origem sociocultural. Camacho (1984) afirma ainda que

No ensino tradicional de língua portuguesa, elegem-se o correto e o incorreto como critério único no tratamento da variação, o que, como vimos, longe de ter qualquer respaldo em fenômenos intrinsecamente linguísticos, encontra justificativa em determinações de natureza social. (CAMACHO, 1984, p.47).

Assim, nos preceitos de Camacho (1984), por tradição, a instituição escolar ignora a variação linguística, bem como, submete as variedades linguísticas ao critério de correção, que funciona como uma espécie de peneira fina. As expressões vinculadas ao registro formal da escrita são aceitáveis, e o que excede a elas é visto com estigma, como realizações incorretas em relação aos valores linguísticos determinados como variedade padrão.

Enquanto a variedade culta, conforme Gnerre (1985, p.7) é “associada à escrita e à tradição gramatical. Esta variedade, por sua vez, é inventariada nos dicionários, passando, portanto, a ser [...] a portadora legítima de uma tradição cultural e de uma identidade nacional”.

Faraco (2015, p. 21) comenta que “a expressão ‘norma culta’ pulou os muros da universidade e se tornou de uso comum. Está hoje presente nos documentos oficiais dos nossos sistemas de ensino, nos discursos correntes nas escolas e nos discursos da mídia”, o que explica as regras impostas quanto à linguagem dos sujeitos, que se pretende, imaginariamente, que seja homogênea. Conforme esclarecem Faraco e Tezza (2007)

É fato que há uma diferenciação valorativa, que nasce não da diferença desta ou daquela forma em si, mas do significado social que certas formas linguísticas adquirem nas sociedades. Mesmo que nunca tenhamos pensado objetivamente a respeito, nós sabemos (ou procuramos saber o tempo todo) o que é e o que não é permitido. Nós costumamos “medir nossas palavras”, entre outras razões, porque nosso ouvinte vai julgar não somente o que se diz, mas também quem diz. E a linguagem é altamente reveladora: ela não transmite só informações neutras; revela também nossa classe social, a região de onde viemos, o nosso ponto de vista, a nossa escolaridade, a nossa intenção... [...]. (FARACO; TEZZA, 2007, p. 51).

Com isso, se abre um vão para o surgimento do preconceito linguístico, que torna-se empecilho não só em momentos de fala e comunicação, como também no que se refere ao comprometimento social. Scherre (2008, p. 12 apud Abraçado, 2008, p. 12) explica o preconceito em relação à língua como “[...] o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro,” demonstrando claramente em que consiste e como é realizado. Além disso, segundo Camacho (2011)

A natureza discriminatória que a linguagem pode assumir, em função da variação linguística e dos mecanismos de estigmatização, leva-nos, professores e pesquisadores, a refletir sobre a questão que mais nos afeta: em que grau o processo de ensino da língua materna contribui para o agravamento ou para a simples manutenção das situações de exclusão [...] a que está sujeita a população socialmente marginalizada? Certamente são numerosos os aspectos que respondem a essa questão. (CAMACHO, 2001, p.67).

Orlandi (2002, p.197) afirma que o preconceito é uma forma de discurso que circula sem sustentação em condições reais, e se mantém por relações imaginárias atravessadas por um poder dizer que apaga (silencia) sentidos e razões da própria maneira de significar. Assim, o preconceito é de natureza histórico-social, e se rege por relações de poder, representadas simbolicamente.

Refletir sobre o preconceito linguístico, cabe considerar a forma como a língua é historicizada no Brasil, fato marcado por relações de poder entre colonizados e colonizadores, e também pela censura de certos falares, pois na perspectiva da linguística, no preconceito estaria a origem da estagnação da própria língua. E em relação a isso, Dias (2018) afirma que

Um exemplo de estagnação social, histórica e linguística, que se origina no preconceito linguístico, é o que temos presenciado atualmente no cenário

político brasileiro, após o discurso de posse de Michel Temer que, ao usar a mesóclise causou certo barulho. A tão propalada frase “Como menos fosse sê-lo-ia pela minha formação democrática e pelo minha formação jurídica” é, sem dúvida, uma formulação “prestigiosa”, típica da língua de madeira, segunda a qual “para bom entendedor, meia palavra basta”, língua de classe dotada de senha. Língua artificial separada do povo. (DIAS, 2018, p.182).

Segundo Faraco e Tezza (2008, p. 10) “[...] toda língua é um conjunto de variedades.”. O que desmistifica o conceito que muitos agregam em julgar a realidade da língua falada em certa ou errada, sendo que não há uma maneira certa de falar, e sim uma forma mais adequada conforme a circunstância. Deste modo, observamos que ocasiões formais exigem o uso de uma fala mais culta, já situações comuns do cotidiano como conversas com amigos, permitem uma linguagem totalmente coloquial, despreocupada com as regras da gramática.

Apesar das inúmeras variações da língua, todas as formas acabam por compreender-se. Isto se observa em uma comparação entre a língua e a música, realizada por Azeredo

Imaginemos uma canção qualquer que já tenha sido interpretada por três diferentes cantores. Por maiores que sejam as diferenças entre as três interpretações, sempre seremos capazes de reconhecer nelas a mesma canção. (AZEREDO, 2010, p. 62).

A diversidade de variações se dá devido alguns fatores de grande relevância, como: região onde vive o falante, sendo que cada região do país possui um conjunto de características fonéticas semelhantes; o grau de escolaridade do falante, assim como o seu nível social, a relação que possui com a escrita e a ocasião na qual ocorre a fala. Apesar disso, Faraco e Tezza explicam que

[...] parece que, de uma forma ou de outra, todos (ou quase todos!) costumamos nos entender razoavelmente, pelo menos em situações básicas de comunicação. Há, ainda, um outro fato bem interessante: em geral, as variedades linguísticas são capazes de intercomunicação, isto é, grande parte das variedades *conversam entre si*. (FARACO, 2007, p. 12).

Da mesma forma que ao transcorrer do tempo se vivencia inúmeras mudanças nas mais diversas áreas, a língua também passa por transformações. Fato que se confirma nas palavras de Azeredo (2010, p. 61) “Toda língua sofre alterações ao longo do tempo.”. A partir disso é possível analisar expressões que são modificadas ou até mesmo caem em desuso, gírias que entram e saem do vocabulário dos sujeitos de modo que a língua se consolida em um contínuo processo de mudança. Basta observar o português da época medieval e se verá que é muito diferente do atual.

Vale ressaltar que nem todas as variações linguísticas tem o mesmo prestígio social no Brasil, pois é apenas lembrar que algumas variações usadas por sujeitos de determinadas classes sociais ou regiões geram preconceito em relação a

eles. No entanto, a língua prestigiada e vista como a correta por quem desconhece a diversidade da oralidade será sempre a mais difundida pelos meios de comunicação e a língua da elite.

Quanto à questão da normatividade da língua, a norma padrão é sempre a encarregada de assegurar a unidade da língua de uma nação. Conforme Faraco e Tezza (2008, p. 52) “Na rede das linguagens de uma dada sociedade, a língua padrão ocupa um espaço privilegiado: ela é o conjunto de formas consideradas como o modo correto, socialmente aceitável, de falar e escrever.”. Assim, qualquer forma de linguagem sempre será vista como próxima ou distante da língua padrão.

Surge então a indagação em relação à origem da língua padrão, sob quais as bases ela teria se estabelecido e firmado através da história. Sabe-se que em todas as sociedades modernas ela é o resultado de um longo processo histórico de seleção, que sempre esteve ligado aos grupos sociais hegemônicos. Como se observa nas palavras de Faraco e Tezza (2008, p. 52) “[...] a língua padrão, na sua origem, é a língua do poder político, econômico e social.”. Fato este, que continuará a se perpetuar, pois a língua é uma das marcas subjetivas do sujeito que o coloca socialmente nos espaços de funcionamento político.

Dentre todas as variedades de uso da língua, entende-se que a norma padrão é a adequada para a escrita, até por questões intrínsecas a esta modalidade da língua, pois, ao contrário do que ocorre na fala, há na comunicação escrita uma ausência de interlocutores, o que não permite que as dúvidas referentes ao uso do código sejam sanadas por meio de perguntas e esclarecimentos entre os interlocutores, bem como por meio de outros elementos extralinguísticos e situacionais, como por exemplo expressões faciais e dêiticas.

Faraco e Tezza (2008, p. 112) apontam que há pesquisas que nos revelam uma particularidade interessante do Brasil, que consiste no fato de que nenhum falante se orgulha de sua variedade não padrão, a não ser em situações muito específicas e socialmente aceitas. O motivo é descrito pelos autores, que afirmam que “Como falantes, desde crianças estamos acostumados a um universo rico de variedades da língua. Quando entramos na escola, tal riqueza se reduz bastante, porque só faz sentido aprender a escrever se aprendemos a escrever a língua padrão.”.

Surge, então, um choque, para os pequenos que iniciam a sua aventura pelo vasto universo da língua. Aventura, que desde o primeiro momento, talvez se torna frustrante, pois descobrem que tudo se resume a um conjunto de regras que devem seguir. E é estabelecida a noção de certo e errado. Segundo Faraco e Tezza (2008, p. 112), nesse contexto, “[...] errada, é sempre a língua que falamos.”.

Bagno (2011) define a norma padrão como uma instituição social, em decorrência do seu poder simbólico.

A norma-padrão, de fato, está longe de ser uma “variedade”, um “dialeto”, ou uma “língua”, no sentido de um “sistema” fonomorfo sintático que se

“realiza” na fala dos indivíduos: ela é, isto sim, uma hipótese (“uma ideia na mente”), uma instituição social e, nessa qualidade, goza de um poder simbólico especial, muito diferente do que se atribui às autênticas variedades linguísticas; ocupa no imaginário coletivo um lugar de destaque; é objeto de um culto e de um cultivo que ninguém dedica jamais aos outros modos de falar. (BAGNO, 2011, p. 368).

Desta forma, a norma padrão funciona como um parâmetro para avaliar todas as demais manifestações orais e escritas da língua, pois irá evidenciar os erros, equívocos, distanciamentos e aproximações do que é considerada a língua ideal.

3 Sentidos de língua e variação: uma perspectiva enunciativa

Nossa pesquisa se dá a partir de enunciados de internautas (locutores) referentes à língua portuguesa, compreendidos como os dizeres do senso comum sobre a língua. Tradicionalmente as pesquisas no âmbito da linguística voltadas aos discursos sobre a língua se detêm nos discursos de gramáticos, escritores e instituições, e raras vezes se lança um olhar para esta questão a partir da perspectiva do imaginário do senso comum.

Assim, defrontamo-nos com novos movimentos de sentidos, oriundos de direções ainda pouco investigadas – o senso comum. Como já discutido, há nessa esfera um imaginário amplamente disseminado sobre língua, o de que a língua é homogênea, e apenas uma forma pode ser considerada como correta; em relação a isso, Dias (2018) afirma que

No que diz respeito à intolerância linguística produzida entre essa “nova classe trabalhadora” em ascendência e a classe média conservadora é uma disputa no campo da língua, que metaforiza uma disputa política, ética e cognitiva. E podemos dizer que essa divisão se reflete no espaço da língua, há uma língua de “elite” e uma língua do povo. A língua é também, portanto, fator de desigualdade, divisão, poder. (DIAS, 2018, p.172).

A perspectiva teórico-metodológica adotada nesta pesquisa consiste na Teoria da Enunciação, mais especificamente, nos estudos de Guimarães (2005) em que, fundamentado na Linguística da Enunciação, cria a Semântica do Acontecimento. Para fins de melhor compreender a teoria do autor, refletiremos brevemente acerca das propostas de linguistas que definiram a enunciação, e a partir disso estudar a questão do sentido no acontecimento da enunciação.

Ao realizar um estudo enunciativo, percebemos que Guimarães (2005) elabora a sua proposta teórica, a Semântica do Acontecimento, a partir de Benveniste e Ducrot. Estes dois autores fundamentam as suas teorias no modelo estruturalista saussureano, divergindo na questão da enunciação e do sentido, que não foi pensada por Saussure, e se aproximando à teoria de Guimarães.

A enunciação ocorre, para Benveniste (1976, p. 82), no momento em que o locutor faz a língua funcionar, pois “[...] a relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação.”. É neste contexto que se produzem os enunciados, em uma relação mútua entre a enunciação e o locutor, considerando que um não existe sem o outro.

Em síntese, a Semântica do Acontecimento consiste em compreender os textos como acontecimentos enunciativos, que ocorrem em espaço e tempo próprios. Assim, entende-se que toda e qualquer enunciação se trata de um acontecimento único, que possui um enunciador, um destinatário, um tempo e lugar só seus. Dessa forma, por mais que um ato enunciativo se repita no mesmo local, com os mesmos interlocutores e o mesmo discurso, não será o mesmo, pois o tempo já será outro, como afirma Guimarães (2005, p. 12), que “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”.

3.1 Movimento analítico

Nosso corpus se constitui de comentários recortados da página do Palácio do Planalto, no Facebook, em que os internautas comentavam o vídeo do primeiro pronunciamento oficial de Michel Temer na condição de presidente. Em sua maioria, os comentários referiam-se ao português falado por Temer, e a partir de duas sequências enunciativas, analisamos os sentidos de língua no senso comum. Como ferramenta analítica adotamos a reescrituração (GUIMARÃES, 2002).

SE1: “Ele fala o nosso idioma da forma como deve ser falado. Fazia tempo que não ouvia. Força Temer. Vamos vencer.”.

A Sequência Enunciativa 1 tem a reescrituração na forma de substituição, e a relação de sentido produzida pela reescrituração por especificação. A forma nominal Português correto aqui é substituída por “nosso idioma”, e traz a especificação “da forma como deve ser falado”. Pode-se parafrasear dizendo: há um idioma, que é nosso, ou seja, uma língua comum a todos; há uma maneira correta de se falar essa língua, que é o modo que o presidente a fala, diferente de como os presidentes anteriores falavam.

A especificação remete ao aspecto normativo da língua, ao determinar “da forma como deve ser falado” o português, faz um recorte justo referindo-se que nem todos fazem uso dessa mesma forma. Pois, se o presidente fala como se deve falar, há os que falam como não se deve falar. Habita também o imaginário do país de

uma língua só, ao afirmar “nosso idioma”, apagando assim toda a diversidade de “idiomas” que circulam, a língua nacional é homogênea.

Scherre (2005, p.100) apresenta em seus estudos uma das razões que alimentam a crença na correção, descrevendo-a como a ideia de que fala e escrita são, ou deveriam ser, iguais, e neste sentido afirma que “Não se pode confundir fala com escrita, seja no plano das unidades gramaticais seja no plano do desempenho linguístico. Unidades gramaticais da fala não são necessariamente as mesmas que as unidades gramaticais da escrita. Falar é diferente de escrever.”.

A compreensão de que a fala difere da escrita é apenas a ponta do iceberg no que se refere ao imaginário de língua, pois há ideologias sustentadas por diferentes âmbitos, conforme explica Moita Lopes (2013, p.20), ressaltando que “as ideologias linguísticas são múltiplas e advêm de perspectivas políticas, culturais e econômicas específicas.”. Assim, como já especificado anteriormente, as crenças puristas que valoram negativamente as variedades de uma língua são também exemplos de ideologias linguísticas.

O imaginário de língua e as ideologias fundamentam-se em um padrão, como mostra a SE1, em “nosso idioma da forma como deve ser falado”, considerando o padrão como modelo de referência para o uso da língua, e tomado como o único correto. No entanto, na prática o padrão nunca alcançará o seu triunfo, pois de acordo com Faraco (2016)

O padrão não conseguirá jamais suplantar integralmente a diversidade porque, para isso, seria preciso alcançar o impossível (e, obviamente, o indesejável): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história. Mesmo assim, o padrão terá sempre, por coações sociais, certo efeito unificador das demais normas. (FARACO, 2016, p.214).

O imaginário de que há uma forma correta apenas de falar a língua portuguesa toca inúmeros sentidos que significam na história, e silenciosamente apaga o movimento, a vivacidade, a natureza mutável, ou seja, todas as características inerentes a uma língua em uso na sociedade. Também é possível questionar, se o nosso idioma é novamente falado da forma como deve ser falado, quem representa esse “nós” hoje, além da figura presidencial? Seria a classe altamente letrada, detentora do poder social simbolizado no status? Uma vez que a língua do povo, em sua maioria, não é a língua do presidente, no sentido que é adotado na Sequência Enunciativa 1.

SE2: “Graças a Deus! Um presidente alfabetizado, que se articula nas palavras com grande maestria. Parabéns, que o Brasil vença, com a fé, esperança e trabalho.”.

A Sequência Enunciativa 2, apresenta o seu modo de reescrituração por repetição, e o sentido por especificação, pois “um presidente alfabetizado” é especificado como aquele que “se articula nas palavras com grande maestria”. A

forma nominal “presidente alfabetizado” reescriturada por repetição adquire sentido por meio da especificação.

Relaciona-se uma boa capacidade oratória com a alfabetização, como se uma fosse consequência da outra. O presidente se articula nas palavras com grande maestria porque é alfabetizado, e vice-versa. O imaginário presente nesta SE é o mesmo que já percebemos anteriormente, e que se constitui, principalmente, a partir da ausência de distinção entre língua falada e escrita, e do conhecimento de que uma língua jamais será homogênea, em decorrência de uma série de fatores sócio-históricos imbricados.

Leite (2008), em sua obra “Preconceito e intolerância na linguagem” discute sobre os modos como o preconceito e a intolerância linguística estão camuflados nos discursos e atingem o cerne das individualidades, uma vez que a linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e por isso é o que representa a sua subjetividade.

Tratar a língua em uso implica saber interpretá-la sob diversos enfoques, dentre os quais o discursivo, o textual e o gramatical. Isso é muito diferente de entender que a língua se restringe a um punhado de regras da gramática tradicional e que elas são a norma culta! E é essa a batalha, contra o preconceito e a intolerância linguísticos, que se tem de travar para que não se afirme por aí que “A dificuldade com a clareza é um traço cultural do Brasil”. (LEITE, 2008, p.103).

Assim, compreendemos que se “articular nas palavras com grande maestria” não é uma característica necessariamente decorrente do grau de instrução do sujeito, apesar de serem assim assimilados no senso comum. Na SE em questão, os sentidos se movem com mais intensidade em relação à boa oratória de Michel Temer, detalhe que chamou atenção dos sujeitos internautas imediatamente após a sua posse, e levou a associação ao seu alto nível de instrução.

Tem-se criado um ideal de língua, que como já referido, é a língua da gramática, e todas as variedades que se distanciam dela não recebem o mesmo prestígio social. Porém, o que se ignora no imaginário do senso comum é o fato de que a língua é um todo, independente do seu nível empregado na modalidade oral (culto, padrão ou coloquial), e em decorrência disso está em sua totalidade suscetível às mudanças condicionadas pelo tempo e pela história, conforme explica Leite (2008),

A norma culta é, como todas as normas, dinâmica, mutável. Até mesmo autores de gramáticas tradicionais de grande credibilidade reconhecem essa mobilidade da norma e incorporam no bojo do texto de suas gramáticas alguns usos que, em outras épocas, eram considerados inapropriados ao domínio culto. (LEITE, 2008, p.102).

Desta forma, uma fala “engessada”, presa à tradição gramatical, não condiz com a realidade, pois por mais que o sujeito “se articule nas palavras com maestria” não significa que não possua nenhum ‘tropeço’ à luz das normas. A gramática é sólida, fixa; a língua é viva.

4 Considerações Finais

Por meio do procedimento analítico podemos observar o movimento de sentidos que ocorre nos enunciados em relação ao português falado pelo presidente Michel Temer. As reescrituras remetem ao pensamento de que para ocupar a cadeira presidencial o sujeito necessita ser altamente letrado e conhecedor das normas da língua. O bom uso da língua portuguesa funciona como denominador comum para qualificar o sujeito ao seu posto de presidente, ou seja, ao lugar de poder, de visibilidade e representação do povo. Nessa perspectiva, Dias (2018, p.179) afirma que “[...] no Brasil, a qualidade de um político passa pela capacidade de domínio da língua normativa.”, e isto se confirma nos enunciados.

Os sentidos giram em torno de uma divisão social, e nisso há um funcionamento político. A capacidade de fazer uso de um “português correto” segrega os sujeitos a duas margens totalmente distintas, que não dialogam, pois o lugar da “boa língua” se sobrepõe imensuravelmente à língua coloquial do povo, à língua fluida, em funcionamento no cotidiano. Assim se solidifica um espaço de divisão política entre aqueles que falam bem e os que não falam. Esta divisão é parte de um imaginário de língua, e também alimenta um preconceito linguístico que, por vezes, é inclusive instigado pela mídia.

É possível observar claramente que o discurso do senso comum é permeado por um imaginário de língua fortemente marcado. Este imaginário se edifica sobre uma ideologia fundante, que toma a língua como instrumento simbólico de poder, capaz de colocar sujeitos em espaços inalcançáveis pelos demais pelo simples fato de terem o domínio da norma, do bem falar. Bem como, esse imaginário revela um pensamento em defesa do purismo linguístico, como se a língua fosse homogênea e as variações no uso, inadmissíveis.

Referências

- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 3.ed. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta: Língua & poder na sociedade brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1989.
- CAMACHO, R. G. **Conflito entre norma e diversidade dialetal no ensino da língua portuguesa**. 1984. Tese (Doutorado em Linguística) – Araraquara: UNESP, 1984.
- CAMACHO, R. G. **Sociolinguística**. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Chistina (orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.
- DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- FARACO, C. A., TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários**. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.
- _____. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011 [2001]. Pp. 259-277.
- _____. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- _____. **História sociopolítica da língua portuguesa**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. **A língua portuguesa no Brasil**. Cienc. Cult. vol.57 no. 2 São Paulo Apr./Jun., 2005.
- _____. **Semântica: enunciação e sentido**. Pontes Editores: Campinas, SP, 2018.
- LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (org.). **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORLANDI, Eni. P. **Política Linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. **Língua Brasileira e Outras Histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009.

SCHERRE, M.M.P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

WOLFRAM, W.; FASOLD, R.W. **The study of social dialects in American English**. Englewood Cliffs. N.J.: Prentice Hall Inc., 1974.

ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Imaginary of linguistic homogeneity: the senses of language and variation in common sense

Revista Falange Miúda
ISSN 2525-5169

Periodicity:
Thematic Issue

Volume 5
Number 2

Received in: 11/03/2020
Approved in: 02/07/2020

Abstract:

This article results from the theme of our master's dissertation, in which we stop to research the senses of language in the perspective of common sense. Based on the Enunciation Theory, focusing on the Semantics of the Event (GUIMARÃES, 2002), we discuss the imaginary of language and variation in common sense. Our corpus consists of clippings of Internet users' comments on a Facebook page. We observed that the imaginary prevails that there is only one acceptable linguistic variety as correct, and this is associated with the level of education and social class of the interlocutor, which strengthens and disseminates linguistic prejudice.

Keyword:

Linguistic homogeneity, Variation, Language Imaginary, Enunciation, Common sense.